

**CONCURSO PÚBLICO – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**

**VESPERTINO – 01/06/2014**  
**NÍVEL SUPERIOR**

**PROVA OBJETIVA**

**CARGOS: FISCAL DE NÍVEL SUPERIOR**

**Leia atentamente as INSTRUÇÕES:**

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **50** questões, com **4** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1h (uma hora)** após o seu início.
10. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva **somente 1h30min (uma hora e trinta)** após o seu início.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

**BOA PROVA!**

## LÍNGUA PORTUGUESA

**Atenção, baseie-se no texto a seguir: “Hipocrisias, vícios e virtudes”, de Helio Schwartzman, para responder às próximas cinco (5) questões.**

**SÃO PAULO** - O que me fascina na mente humana é sua capacidade de dissolver contradições e, com isso, transformar o que todos veem como inequívocas violações morais, se não em virtudes, ao menos em deslizes menores – quando não em mera intriga de opositores.

Esse roteiro se aplica a todos, do assassino que se justifica apelando aos maus-tratos a que foi submetido na infância até o sujeito que recorre à neurociência para explicar por que não pôde deixar de olhar para as pernas da moça bonita. Mas, se há uma categoria para a qual ele cai como uma luva, é a dos políticos e religiosos que, flagrados entre fatos inegáveis e declarações desastradas, vão se enredando em escândalos com potencial de destruir suas carreiras.

Esse é o caso do ainda deputado André Vargas e, um pouco antes, o do ex-senador Demóstenes Torres. Mas a lista poderia ser ampliada para incluir representantes de todas as confissões e ideologias. Por uma combinação de sadismo com igualitarismo, nós nos deleitamos ao ver figuras poderosas caindo em desgraça.

É preciso, porém, cuidado para não incorrer no mesmo erro que eles e nos imaginarmos imunes a essas vicissitudes. É verdade que a maioria de nós, por não posar de baluartes da ética, jamais tombaremos tão feio. Mas isso não significa que não lidemos diariamente com nossas pequenas e médias hipocrisias.

Uma série de experimentos psicológicos revela que, sob as condições certas, isto é, com a garantia de que não seremos apanhados e qualquer coisa que se assemelhe a uma justificativa, a maioria de nós trapaceia. Pior, acabamos acreditando, ainda que claudicantemente, nessa justificativa. Se não fosse assim, seríamos incapazes de cultivar uma autoimagem pelo menos aceitável.

Mais do que a homenagem que o vício presta à virtude, a hipocrisia é a forma que o cérebro encontrou para lidar com as complexidades e ambiguidades que povoam nossas vidas.

(Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2014/04/1442412-hipocrisias-vicios-e-virtudes.shtml>> Acesso em: 06 de maio de 2014)

### 1. No artigo, Schwartzman defende a tese segundo a qual

- o homem é capaz de acabar com contradições, e assim, passa a cometer mais violações morais, independente de sua classe social ou raça.
- ao ser capaz de dirimir contradições, o homem consegue converter violações morais em pequenos vícios ou até mesmo em virtudes.
- como o homem é capaz de enlear contradições, o homem passa a transformar vícios e violações morais em pequenos defeitos ou até mesmo em virtudes.
- a mente humana apresenta a capacidade de diluir contradições, mas não é capaz de avaliar se os atos são morais ou não.

### 2. Para Schwartzman, os que mais acabam com as contradições e cometem violações morais são:

- Todos, do assassino que se justifica apelando aos maus-tratos a que foi submetido na infância até o sujeito que recorre à neurociência para explicar por que não pôde deixar de olhar para as pernas da moça bonita (...).
- Todos os homens, pois todos temos a capacidade de dissolver as contradições e cometer pequenas violações, levando todos a crerem que não se trata de mera intriga de oposição.
- Todos, mas, particularmente, os políticos e religiosos que, flagrados entre fatos inegáveis e declarações desastradas, vão se enredando em escândalos com potencial de destruir suas carreiras.
- Todos, excetuando-se os políticos e religiosos, vítimas de intolerância religiosa e preconceito contra políticos.

### 3. A expressão “Esse roteiro” refere-se

- às intrigas entre opositores.
- às ações do homem em ver inequívocas violações morais.
- à capacidade de dirimir as contradições e transformar as violações morais em virtudes ou em deslizes menores.
- ao fascínio da mente humana em dissolver contradições.

### 4. Analise se as afirmações a seguir são coerentes ao pensamento do autor.

**I – O autor defende que, no cotidiano, estamos ilesos às vicissitudes, não amenizamos as contradições que possibilitam transformar violações morais em pequenos delitos.**

**II – O autor acredita que nós sentimos deleite ao ver figuras poderosas cair em desgraça devido a uma mistura de sadismo com igualitarismo. Contudo, somos imunes a essas vicissitudes, pois não posamos de baluartes da ética.**

**III – O autor afirma que nós sentimos prazer ao ver pessoas ilustres transformando inequívocas violações morais em pequenos delitos e, por isso, caindo em desgraça. Mas adverte que nós não estamos imunes a essas eventualidades.**

**IV – Para o autor, figuras ilustres metem-se em escândalos capazes de destruir suas carreiras justamente por conta dessa capacidade que o ser humano tem de dissolver as contradições e isso, por sua vez, permite que as violações morais sejam consideradas pequenos delitos ou até mesmo intriga de oposição.**

**V – Os experimentos psicológicos citados pelo autor demonstram que a maioria, em condições ideais, está propensa a cometer pequenos deslizes.**

VI – Apenas uma minoria de pessoas ilustres é hipócrita e cede aos seus desejos perante a moral.

VII – O autor revela-se pessimista sobre a conduta das pessoas de uma forma geral, concluindo que a hipocrisia é uma forma que o cérebro encontrou para lidarmos com situações complexas e ambíguas.

Estão corretas as afirmativas feitas somente em:

- a) I, II, III, IV, V, VII
- b) I, II, V, VI, VII
- c) II, III, IV, VII
- d) III, IV, V, VII

5. Alguns dos assuntos explorados no texto podem ser relacionados aos ditados populares abaixo, excetuando-se:

- a) Para quem sabe ler, um pingo é letra.
- b) A ocasião faz o ladrão.
- c) Todo homem tem seu preço.
- d) Quem tem telhado de vidro não deve atirar pedra ao do vizinho.

6. Imagine a situação: “Uma dona de casa acabou de preparar o almoço e convidou seus familiares para iniciarem a refeição da seguinte forma: ‘\_\_Vamos comer pessoas?’ O filho, adolescente, aproveitou o ensejo e respondeu: Credo, mãe!”.

Com base no exposto, assinale a alternativa que analisa corretamente a situação.

- a) A frase dita pela dona de casa é ambígua, isto é, permite dupla interpretação devido ao sentido conotativo do verbo *comer*, usado em situações informais. Para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “\_\_Vamos comer, pessoas?”.
- b) A frase dita pela dona de casa fere um dos princípios da semântica, segundo o qual, um termo deve ter um sentido específico em cada situação, independente se formal ou não. Assim, para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “\_\_Vamos comer, pessoal?”.
- c) A frase dita pela mãe apresenta uma inadequação vocabular devido ao uso do verbo *comer* em uma situação formal como a relatada. Para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “\_\_Vamos almoçar, ilustres pessoas?”.
- d) A frase dita pela mãe demonstra um desvio sintático porque ela usou o vocábulo “pessoas”, que só tem sentido na posição de sujeito e não de objeto. Para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “\_\_Pessoas, vamos comer?”

Atenção: Leia atentamente a charge a seguir para responder às próximas duas(2) questões:



(Disponível em: < <http://3.bp.blogspot.com/-9VeUwdqEKek/U0aPAL2HwII/AAAAAAAAAC6w/LgiGibJsEJ4/s1600/tosse.jpg> > Acesso em: 06 maio de 2014)

7. Analise as informações dadas a respeito da charge:

I – O humor da charge decorre da quebra de expectativa do leitor, pois ao ler a expressão coloquial: “você vai ver o que é bom pra tosse”, espera-se que o personagem bata no garoto.

II – A ambiguidade presente na expressão “você vai ver o que é bom pra tosse” é intencional, isto é, constitui um recurso de estilo e não um vício de linguagem.

III – A ambiguidade presente na expressão “você vai ver o que é bom pra tosse”, embora seja um dos elementos responsáveis pelo humor, ainda assim constitui um vício de linguagem, pois não importa o contexto, deve-se usar sempre o vocabulário adequado, evitando ambiguidades.

IV – O uso do vocativo “Aê, maluco!” constitui uma forma de expressão usada na linguagem informal e também pode contribuir para a expectativa de que haverá uma agressão.

V – O uso do sujeito “Aê, maluco!” constitui uma gíria condenada em situações formais e constitui um indício de agressão.

Estão corretas apenas as afirmativas feitas em:

- a) I, II e IV
- b) I, III e IV
- c) III e V
- d) I, II e V.

**8. Platão e Fiorin explicam que a coerência no nível da linguagem ocorre quando se escolhe a variedade linguística (léxico e estruturas sintáticas) de acordo com o público-alvo do texto. “Assim, é incoerente colocar expressões chulas ou da linguagem informal num texto caracterizado pela norma culta formal” (2006, p. 400). Baseando-se nessa informação, assinale a alternativa correta:**

- a) A charge apresenta incoerência no nível da linguagem, pois não deveria apresentar uma variante informal, como “Aê, maluco!”, visto que se deve priorizar a pureza linguística.
- b) O vocabulário usado pela personagem da charge no cumprimento ao garoto não constitui um exemplo de incoerência semântica, ao contrário, contribui para o efeito de sentido humorístico da charge.
- c) As charges são gêneros textuais extremamente formais, visto que são publicadas em jornais de grande circulação, devem, portanto, utilizar a linguagem padrão para adequar-se ao seu público culto. Dessa forma, houve incoerência no nível da linguagem.
- d) O autor valeu-se do cumprimento informal “Aê, maluco” com o intuito de criticar a imagem das pessoas que falam dessa forma, usam gírias, demonstrando preconceito linguístico e sendo incoerente do ponto de vista ético.

**Analise o seguinte *slogan* de uma campanha publicitária para responder às próximas duas(2) questões: “IMPLANTE CONHECIMENTO”.**

**9. Observe como o slogan destacou o “IM”:** “IMPLANTE O CONHECIMENTO”.

**Assinale a alternativa correta sobre o processo de formação de palavras presente no termo “implante”:**

- a) Os publicitários criaram uma palavra por derivação imprópria e o destaque ao prefixo “im-” indica a negação expressa pelo termo.
- b) Os publicitários criaram uma palavra por derivação prefixal e o destaque ao prefixo “im-” indica o duplo sentido que o termo expressa nesse contexto: plante o conhecimento ou o implante.
- c) Os publicitários criaram uma palavra por derivação sufixal e o destaque ao sufixo “im-” indica o duplo sentido que o termo expressa nesse contexto: plante o conhecimento ou o implante.
- d) Os publicitários criaram uma palavra por derivação parassintética, acrescentando o prefixo “im-” e o sufixo “e”, indicando a dupla possibilidade que o cliente tem de plantar ou implantar o conhecimento.

**10. Ainda a respeito do *slogan*: “Implante o conhecimento”, está correto afirmar que:**

- a) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está elíptico e “o conhecimento” desempenha a função sintática de objeto indireto do verbo “implante”.
- b) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está indeterminado e “o conhecimento” desempenha a função sintática de objeto direto do verbo “implante”.
- c) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está elíptico e “o conhecimento” desempenha a função sintática de objeto direto do verbo “implante”.
- d) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está expresso e “o conhecimento” desempenha a função sintática de adjunto adverbial na oração.

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**11. Em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o acesso aos estrangeiros.
- c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

**12. Apresentam-se como características comuns das empresas públicas e sociedades de economia mista:**

- a) São pessoas jurídicas de direito público.
- b) São constituídas, necessariamente, sob a forma de sociedade anônima.
- c) São pessoas jurídicas de direito privado.
- d) São integrantes da Administração Pública direta.

**13. Diante do que dispõe a Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa que corresponde à modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.**

- a) Concorrência.
- b) Convite.
- c) Pregão.
- d) Tomada de preços.

**14. São bens públicos:**

I – Os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

II – Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

III – Os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

É correto o que se afirma somente em:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II.

**15. Assinale a alternativa correta sobre o controle da Administração Pública:**

- a) O controle interno é realizado somente no âmbito do Poder Executivo.
- b) No Direito brasileiro exige-se o esgotamento da via administrativa para ser possível a realização de controle de ato da Administração Pública pelo Judiciário.
- c) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- d) O controle judicial somente pode ser exercido antes da realização do ato administrativo.

**16. Assinale a alternativa correta, tendo em vista a classificação dos atos administrativos:**

- a) Atos abstratos são aqueles que se aplicam a uma quantidade indeterminável de situações concretas.
- b) Atos de império são aqueles praticados pela Administração Pública em posição de igualdade perante o particular, regidos, portanto, pelo direito privado.
- c) Atos-regra são aqueles que criam situações particulares, concretas e pessoais.
- d) Atos pendentes são aqueles incompletos na sua formação.

**17. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

- a) Na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.
- b) Na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
- c) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) Na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.

**18. Para efeito da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, é a definição de:**

- a) Dívida pública.
- b) Concessão de garantia.
- c) Operação de garantia.
- d) Transferência voluntária.

**19. Analise as seguintes assertivas acerca do controle e fiscalização orçamentária, contábil, financeira, operacional e patrimonial:**

I – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

II – Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária.

III – As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, somente.
- b) II e III, somente.
- c) I e III, somente.
- d) I, II e III.

20. Analise as assertivas a seguir:

I – O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

II – O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por dois anos.

III – O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

IV – Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Diante do que dispõe a Lei nº 8.112/1993, é correto o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21. A Placa Mãe é responsável por gerenciar toda a transação entre processador e os periféricos. Quais são os componentes principais da Placa Mãe?

- a) Chipset, Barramentos, Memória e Slot.
- b) Chipset, BIOS, Processador e Slot.
- c) Chipset, BIOS, Barramentos e Slot.
- d) BIOS, Processador, Memória e Slot.

22. Os discos rígidos são dispositivos de armazenamento destinados a grande quantidade de dados. Sobre discos rígidos podemos afirmar que:

I – Fisicamente, um disco rígido pode ser visto como um composto de dois grandes blocos.

II – O primeiro bloco é um conjunto de discos magnéticos superpostos em alturas diferentes com auxílio de um eixo central.

III – O segundo bloco é uma estrutura mecânica que suporta um conjunto de cabeçotes.

Das afirmativas acima, qual(is) está(ão) incorreta(s)?

- a) Somente I e III.
- b) Somente I.
- c) Somente II e III.
- d) Nenhuma.

23. Para realizarmos um acesso a um disco rígido, é necessário posicionar o cabeçote de leitura e escrita sob um determinado setor e trilha, onde o dado será lido ou escrito. O tempo total de acesso ao disco seja para leitura ou escrita é dado pela seguinte fórmula:  $T_{\text{acesso}} = T_{\text{Seek}} + T_{\text{Transferencia}}$ . Sendo assim, podemos afirmar que :

I – Tempo de Seek: tempo necessário para deslocar o cabeçote de leitura e escrita até o cilindro correspondente à trilha a ser acessada.

II – Tempo de Latência: tempo necessário, uma vez o cabeçote posicionado na trilha correta, para o setor a ser lido, ou escrito, se posicionar sob o cabeçote de leitura e escrita no início do setor a ser lido ou escrito.

III – Tempo de Transferência: não corresponde ao tempo necessário à transferência de dados, isto é, a leitura ou escrita de dados.

Das afirmativas acima, qual(is) está (ão) correta(s)?

- a) Somente I.
- b) Somente III.
- c) Somente I e II.

d) I, II e III.

**24. O teclado é o principal periférico de entrada de dados utilizados na integração direta de usuário com o computador. O procedimento de ler os dados do teclado e escrevê-los na tela denomina-se Ecoamento. Quando se tem várias Janelas abertas, os caracteres digitados devem ser direcionados à janela correta. Dois métodos são normalmente empregados. Sendo assim podemos afirmar que:**

**I – No método centralizado, o drive do teclado disponibiliza um conjunto de Mini Buffers, os quais podem ser encadeados para formar um buffer maior. Nesse caso, para cada janela aberta, o sistema operacional atribui uma estrutura de dados, na qual um dos seus elementos é um ponteiro utilizado para referenciar a lista encadeada de mini buffers.**

**II – No método dedicado, a Bufferização é feita diretamente em uma área de memória provida pela estrutura de dados associada ao terminal. Nesse caso, o número de entradas para o terminal é limitada pelo tamanho do buffer dessa estrutura.**

**Das afirmativas acima, qual(is) está (ão) incorreta(s):**

- a) Somente I.
- b) Somente II.
- c) Nenhuma.
- d) Somente I e II.

**25. E-mail (abreviatura de electronic mail, correio eletrônico) é uma forma rápida e prática de se comunicar com outras pessoas. Sobre isso, analise as afirmativas:**

**I – É possível enviar uma mensagem de e-mail para qualquer pessoa que tenha um endereço de e-mail. Você pode receber mensagens de qualquer pessoa que saiba seu endereço de e-mail e depois ler e responder a essas mensagens.**

**II – Além de mensagens de e-mail simples contendo texto, você pode enviar praticamente qualquer tipo de arquivo em uma mensagem de e-mail, como documentos, imagens e música. Um arquivo enviado em uma mensagem de e-mail é denominado anexo.**

**III – Você não pode enviar uma mensagem de e-mail para muitas pessoas ao mesmo tempo. Os destinatários podem responder ao grupo inteiro, permitindo discussões em grupo.**

**IV – Quando você recebe uma mensagem de e-mail, pode encaminhá-la a outras pessoas sem precisar digitá-la novamente.**

**Das afirmativas elencadas, qual(is) está(ão) correta(s)?**

- a) Somente I e II.
- b) Somente I, II e IV.
- c) Somente I, III e IV.
- d) Somente I, II, III e IV.

## **LEGISLAÇÃO**

**26. Analise os itens a seguir e marque a alternativa correta, conforme o estabelece a Lei nº 6.619, de 16 de dezembro de 1978, que alterou dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.**

**1. Constituem renda do Conselho Federal, entre outros, doações, legados, juros e receitas patrimoniais.**

**2. Os Conselhos Regionais poderão destinar parte de sua renda líquida, proveniente da arrecadação das multas, a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultura do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo.**

**3. A anuidade paga após o exercício respectivo terá o seu valor atualizado para o vigente à época do pagamento, acrescido de vinte por cento, a título de mora.**

**4. As multas são estipuladas em função do maior valor de referência fixado pelo Poder Legislativo.**

**5. Constituem renda dos Conselhos Regionais, dentre outros, emolumentos sobre registros, vistos e outros procedimentos.**

**Podemos afirmar que estão corretos apenas os itens:**

- a) 1, 2, 3 e 5.
- b) 2, 3, 4 e 5.
- c) 1, 3 e 4.
- d) 3, 4 e 5.

**27. A Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo. Das alternativas a seguir, uma não atende o dispositivo dessa lei. Aponte essa alternativa.**

a) Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com a Lei nº 5.194/66.

b) Só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

c) São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou

particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos da Lei nº 5.194/66.

d) Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões, sendo uma das suas atribuições relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo.

**Em conformidade com a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, responda às próximas duas questões.**

**28. É correto afirmar que são verdadeiros apenas quais dos seguintes itens?**

**1. Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).**

**2. Os mandatos da Diretoria Executiva terão duração de dois anos, sendo gratuito o exercício das funções correspondentes.**

**3. Os membros da Diretoria Executiva somente poderão ser destituídos por decisão do CONFEA, tomada em reunião secreta, especialmente convocada para esse fim, e por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.**

**4. O valor pecuniário das prestações assistenciais variará até o limite máximo constante da tabela a ser aprovada pelo CONFEA, nunca superior à do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).**

**5. A ajuda farmacêutica, sempre reembolsável, ainda que parcialmente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, desde que comprovada a impossibilidade momentânea de o associado arcar com o ônus decorrente.**

a) 2, 3, 4, e 5.

b) 1, 3 e 5.

c) 1, 3, 4 e 5.

d) 2, 3 e 4.

**29. Analise as alternativas e assinale a que está em desacordo com a Lei nº 6.496/77.**

a) A Mútua, na forma do Regimento, e de acordo com suas disponibilidades, assegurará bolsas de estudo aos filhos de associados carentes de recursos ou a candidatos a escolas de Engenharia, de Arquitetura ou de Agronomia, nas mesmas condições de carência.

b) A Mútua, vinculada diretamente ao CREA, terá personalidade jurídica e patrimônio próprios, com sede na capital do estado de jurisdição de cada CREA.

c) A inscrição do profissional na Mútua dar-se-á com o pagamento da primeira contribuição, quando será preenchida pelo profissional sua ficha de Cadastro Geral, e atualizada nos pagamentos subsequentes, nos moldes a serem estabelecidos por Resolução do CONFEA.

d) Mútua poderá financiar, exclusivamente para seus associados, planos de férias no país e/ou de seguros de vida, acidentes ou outros, mediante contratação.

**As próximas duas(2) questões referem-se à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.**

**30. Atribua C para a assertiva correta e E para a errada, depois marque a alternativa que traz a sequência correta, de cima para baixo.**

**( ) No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.**

**( ) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.**

**( ) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.**

**( ) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.**

**( ) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.**

a) E, C, E, C, C.

b) E, C, C, C, C.

c) C, C, C, C, C.



d) C, C, C, C, E.

**31. O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as seguintes circunstâncias relevantes, exceto:**

- a) a época em que foi fornecido.
- b) sua apresentação.
- c) o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam.
- d) a época em que foi colocado em circulação.

**32. A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. De acordo com essa Lei, não é verdadeira a alternativa:**

- a) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- b) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
- c) As disposições da Lei nº 8.429/92, são aplicáveis, no que couber, àquele que, sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- d) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

**33. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. À luz dessa Lei aponte a alternativa errada.**

- a) Nas contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico de que trata a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001.
- b) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- c) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- d) Será dada publicidade, anual, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

**34. A Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta. Com base nessa Lei, assinale a alternativa correta:**

- a) O disposto na Lei nº 9.873/99 se aplica às infrações de natureza funcional e aos processos e procedimentos de natureza tributária.
- b) Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se pelo prazo previsto na lei penal.
- c) Interrompe-se a prescrição da ação punitiva pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- d) Interrompe-se o prazo prescricional da ação executória por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.

**35. A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Em consonância com essa lei, analise as assertivas a seguir e marque a alternativa incorreta.**

- a) Os preceitos da Lei nº 9.784/99 também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário dos Estados, quando no desempenho de função administrativa.
- b) Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.
- c) A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- d) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

**36. Analise o texto a seguir e marque a alternativa que faz a afirmação correta.**

O exercício da especialização de Engenheiro de Segurança do Trabalho, de que trata a Lei no 7.410, de 27 de novembro de 1985, será permitido exclusivamente ao:

**I – Engenheiro ou Arquiteto, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País, em nível de pós-graduação;**

**II – portador de certificado de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário, pelo Ministério da Educação.**

**III – possuidor de diploma de Engenheiro de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério da Educação.**

**IV – possuidor de registro de Supervisor de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho.**

- a) São verdadeiras somente as afirmações dos itens I e III.
- b) São verdadeiras as afirmações dos itens I, II, III e IV.
- c) É verdadeira somente a afirmação do item I.
- d) São verdadeiras somente as afirmações dos itens I, III e IV.

**As próximas duas questões versam sobre a Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo.**

**37. As atividades profissionais do Geógrafo, sejam as de investigação puramente científica, sejam as destinadas ao planejamento e implantação da política social, econômica e administrativa de órgãos públicos ou às iniciativas de natureza privada, se exercem através de, exceto:**

- a) Órgãos e serviços permanentes de pesquisas e estudos, integrantes de entidades científicas, culturais, econômicas ou administrativas.
- b) Prestação de serviços ajustados para a realização de determinado estudo ou pesquisa, de interesse de instituições públicas ou particulares, inclusive perícia e arbitramentos.
- c) Prestação de serviços de caráter permanente, sob a forma de consultoria ou assessoria, junto a organizações públicas ou privadas.
- d) Prestação de serviços de pesquisas de caráter físico-geográfico, biogeográfico, antropogeográfico e geoeconômico.

**38. Analise as alternativas e marque a incorreta.**

- a) Não é da competência do Geógrafo o exercício de atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, das entidades autárquicas ou de economia mista e particulares, tais como: a organização de congressos, comissões, seminários, simpósios e outros tipos de reuniões, destinados ao estudo e à divulgação da Geografia.
- b) O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia somente concederá registro profissional mediante apresentação de diploma registrado no órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura.
- c) O exercício da profissão de Geógrafo somente será permitido: I - aos Geógrafos e aos bacharéis em Geografia e em Geografia e História, formados pelas faculdades de Filosofia; Filosofia, Ciências e Letras e pelos Institutos de Geociências das Universidades oficiais ou oficialmente reconhecidas; III - aos portadores de diploma de Geógrafo, expedido por estabelecimentos estrangeiros similares de ensino superior, após revalidação no Brasil.
- d) A fiscalização do exercício da profissão de Geógrafo será exercida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

**39. À luz da Lei nº 6.835, de 14 de outubro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de Meteorologista, qual alternativa é incorreta?**

- a) Os técnicos de Meteorologia diplomados pelas Escolas Técnicas de grau médio, oficiais ou reconhecidas, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes, só poderão exercer suas funções ou atividades após registro nos CREAs.
- b) Não é atribuição do Meteorologista, criar, renovar e desenvolver técnicas, métodos e instrumental em trabalhos de Meteorologia.
- c) Satisfeitas às exigências da legislação específica do ensino, é prerrogativa do meteorologista o exercício do magistério das disciplinas constantes dos currículos dos cursos de Meteorologia em escalas oficiais ou reconhecidas.
- d) É livre o exercício da profissão de Meteorologista, em todo o território nacional, aos possuidores de diploma de Bacharel em Física, modalidade Meteorologia, concedido pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro e devidamente registrado no órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura.

**Responda às próximas duas questões em consonância com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.**

**40. Não é correto o que se afirma na alternativa**

- a) Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação. Considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- b) O valor real da indenização não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

c) Decorridos três anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

d) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

**41. “A Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas”, as elencadas nas alternativas a seguir, com exceção de:**

a) a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente.

b) a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

c) a concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando à redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas.

d) a definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda.

**42. À luz da Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962, que regula o exercício da profissão de geólogo, aponte a alternativa errada.**

a) A competência e as garantias atribuídas aos geólogos ou engenheiros-geólogos, através da Lei no 4.076/62, são concedidas sem prejuízo dos direitos e prerrogativas conferidos a outros profissionais da engenharia pela legislação que lhes é específica.

b) A fiscalização do exercício da profissão de geólogo será exercida pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e pelos Conselhos Regionais.

c) O exercício da profissão de geólogo será somente permitido aos portadores de diploma de Geólogo, expedido por curso oficial, vedado os diplomas expedidos por estabelecimento estrangeiro.

d) Trabalhos de prospecção e pesquisa para cubação de jazidas e determinação de seu valor econômico é uma competência do geólogo ou engenheiro geólogo.

**43. De acordo com o estabelecido na Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, qual alternativa aponta competência de forma equivocada?**

a) Compete ao Engenheiro Aeronáutico: o desempenho das atividades 01 a 18 do art. 1º da Resolução nº 218/73, referentes a aeronaves, seus sistemas e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos; instalações industriais e mecânicas relacionadas à modalidade; infra-estrutura aeronáutica; operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte aéreo; seus serviços afins e correlatos.

b) Compete ao Engenheiro Civil ou ao Engenheiro de Fortificação e Construção o desempenho das atividades 01 a 18 do art. 1º da Resolução nº 218/73, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

c) Compete ao Engenheiro Cartógrafo ou ao Engenheiro de Geodésia e topografia ou ao Engenheiro Geógrafo o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do art. 1º da Resolução nº 218/73, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; elaboração de cartas geográficas; seus serviços afins e correlatos.

d) Compete ao Engenheiro Sanitarista o desempenho das atividades 01 a 18 do art. 1º da Resolução nº 218/73, referentes à prospecção e a captação de água subterrânea; abertura de vias subterrâneas; tratamento de água, esgoto e resíduos; seus serviços afins e correlatos.

**44. De acordo com o estabelecido na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, marque V para os itens verdadeiros e F para os falsos e assinale a alternativa que faz a relação correta de cima para baixo.**

( ) É facultado ao profissional, brasileiro ou estrangeiro, registrado no Crea, que executou obra, prestou serviços ou desempenhou cargo ou função no exterior, requerer a inclusão desta atividade ao seu acervo técnico por meio do registro da ART correspondente, desde que tenha sido realizada após sua diplomação em curso técnico de nível médio ou de nível superior nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

( ) O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do Crea e o recolhimento do valor correspondente. O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.

( ) No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções necessárias no prazo de trinta dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.

( ) A baixa da ART por falecimento do profissional será processada administrativamente pelo Crea mediante apresentação de cópia de documento hábil ou de informações acerca do óbito.

( ) O cancelamento da ART deve ser requerido pelo profissional, pela pessoa jurídica contratada ou pelo contratante, e ser instruído com o motivo da solicitação. O Confea decidirá acerca do processo administrativo de cancelamento da ART.

- a) V, V, F, V, F.
- b) F, V, V, V, V.
- c) V, V, V, V, F.
- d) V, V, V, V, V.

**45. Leia as alternativas a seguir e, no que concerne a Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, aponte a incorreta.**

- a) O processo relativo à infração cometida por profissional no exercício de emprego, função ou cargo eletivo no Crea, no Confea ou na Mútua será remetido para exame do Plenário do Crea qualquer que seja a decisão da câmara especializada, independentemente de recurso interposto, em até trinta dias após esgotado o prazo para interposição de recurso.
- b) Esgotado o prazo concedido ao notificado sem que a situação tenha sido regularizada, compete à gerência de fiscalização do Crea determinar a lavratura do auto de infração, indicando a capitulação da infração e da penalidade.
- c) Compete à gerência de fiscalização do Crea, com base no relatório elaborado, caso seja constatada ocorrência de infração, determinar a notificação da pessoa física ou jurídica fiscalizada para prestar informações julgadas necessárias ou adotar providências para regularizar a situação. O notificado deve atender às exigências estabelecidas pelo Crea no prazo de dez dias, contados da data do recebimento da notificação.
- d) Julgado o recurso pelo Confea, os autos serão encaminhados ao Crea para execução da decisão. O Crea poderá solicitar revisão da decisão proferida pelo Plenário do Confea, se for detectado erro de natureza técnica ou administrativa, no prazo máximo de trinta dias, contados da data do recebimento do processo.

## **LÍNGUA INGLESA**

**Leia o texto a seguir para responder às próximas cinco(5) questões:**

### **House of Representatives Approves Civil Right Framework for the Internet in Brazil**

**03/26/2014 - 09H08**

1 After two years and seven months of struggles, negotiations and intense lobbying, the House of Representatives approved late on Tuesday (25) the main text in the Civil Right Framework for the Internet. The text now goes for Senate approval.

2 The proposal is like a Constitution, with established principles, guarantees, rights and duties in the web. Deputies removed all suggested changes.

3 The Civil Right Framework for the Internet became controversial because of contrary interests from the government, telecommunications companies, Internet sites, Federal Police and Public Ministry, in addition to consumer protection entities.

4 With so many fronts involved and far from a consensus, the issue blocked the vote and other proposals at the House of Representatives for five months.

5 In recent weeks, the government gave in when it came to the priority points and negotiated positions, releasing funds for works sponsored by Congressmen in the budget in an attempt to empty the huge number of allies in the House and move forward with the discussion at hand, considered vital to strengthen Dilma Rousseff discourse against espionage.

#### **NEGOTIATION**

6 The greatest resistance to the text was brought by PMDB, the political party advocated changes in terms of web neutrality—a term used to indicate that the connection speed cannot vary according to the program or website accessed by the user.

7 It is a popular measure for users, but contested by telephone companies since they would like to sell packages according to the level of consumption of each user.

8 With this, telcos are required to maintain consumption out of the equation. Thus, users can navigate whenever they want in the limit of their data and speed package.

9 The Brazilian Executive Power accepted to set standards for regulatory neutrality and established a presidential decree that will detail the concept of neutrality, without much change in the content. Behind the scenes, the move was interpreted as an honorable PMDB exit.

10 Another modification sponsored by the government in order to avoid a defeat in the House was the removal of the requirement for nationalization of data users storage centers. That was one of the measures advocated by President Dilma Rousseff as a way to respond to news of U.S. spying against Brazilian authorities.

11 The original version stated that an Executive decree would regulate the obligation of companies like Google and Facebook to keep user data storage structure in the country.

12 To do this they would have to replicate in the country a structure that is similar to other countries including the United States. According to the government the measure would give greater protection to data from the country.

13 It was decided, however, that the data will be submitted to Brazilian law. The project also rejects contractual terms of any program that does not offer the user an alternative to appeal to the Brazilian forum if a user finds problems with the provision of services in Brazil.

14 For months, technology companies have been lobbying Congress to overturn the requirement, with the argument that would represent exorbitant spending.

15 Even without ensuring the implementation of data centers in the country, the president wants to use the framework as an international flag, to defend web communication, confronting allegations of violations of her electronic and telephone communications by the American security agency.

16 The government will work to accelerate the vote on the proposal in the Senate since the project is vital to strengthen Dilma Rousseff discourse against espionage. In April, Brazil will host the international conference on Internet governance, and the government wants to introduce the new law during the event.

**Fonte:** <http://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2014/03/1431053-house-of-representatives-approves-civil-right-framework-for-the-internet-in-brazil.shtml> Acesso em: 17/05/2014

**46. O texto refere-se a(o) (s):**

- a) prender hackers que invadem sites públicos no Brasil.
- b) direitos humanos no Brasil.
- c) Marco Civil da Internet.
- d) cotas nas universidades usando a internet.

**47. O texto levou \_\_\_\_\_ para ser aprovado.**

- a) 4 anos
- b) 2 anos
- c) 1 ano e 9 meses
- d) 2 anos e 7 meses

**48. Segundo o texto, a lei obriga empresas como Google e Facebook a**

- a) manter estrutura de armazenamento de dados de usuários no país.
- b) guardar o perfil dos usuários que utilizam o facebook.
- c) assegurar o acesso do governo às páginas acessadas pelos usuários.
- d) codificar todos os acessos às páginas do facebook que falam mal do governo.

**49. O texto ainda precisa passar pela aprovação do(a):**

- a) Presidente da República.
- b) Senado.
- c) Câmara dos Deputados.
- d) Tribunal Federal de Justiça.

**50. No parágrafo 13, a palavra *however*, pode ser traduzida como:**

- a) no entanto.
- b) em resumo.
- c) finalizando.
- d) dessa maneira.

**RASCUNHO**